

Interpelação ao Governo – Portugal 2030

Intervenção do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas

Assembleia da República, 25 de janeiro de 2018

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os fundos estruturais têm sido um dos mais poderosos instrumentos de apoio ao investimento empresarial, à inovação e conhecimento, à qualificação dos portugueses, e à coesão social e territorial.

Por isso, assim que chegámos ao Governo, definimos como prioritária a aceleração da execução do Portugal 2020.

Passados 2 anos, quando estamos sensivelmente a meio do seu período de execução, podemos dizer que o Portugal 2020 atingiu a velocidade de cruzeiro.

Em 2017, entre todos os Estados Membros com envelope financeiro de dimensão comparável, Portugal está em primeiro lugar na taxa de execução dos Fundos Estruturais.

Destaca-se o apoio ao investimento privado: correspondemos à dinâmica empresarial de investimento com a realização de um volume de

pagamentos às empresas sem paralelo no passado, superando as metas ambiciosas que tínhamos colocado a nós próprios, e tendo acabado 2017 com 1,3 mil milhões de euros de pagamentos acumulados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Abraçamos agora um desafio extremamente exigente de definição estratégica do país que queremos ser em 2030.

Mas não apenas tendo em conta os desafios que se colocam a Portugal, como também os desafios estruturais a que a Europa tem de fazer face.

Desde logo, o desafio da competitividade.

A Europa, que ainda pretende tornar-se a região mais competitiva do mundo, precisa de um novo impulso para superar o desafio da competitividade, reforçar o seu espaço nas regiões mundiais com empresas e ecossistemas mais inovadores.

A Europa, que precisa de enfrentar o desafio demográfico, tem que construir respostas que evitem os cenários de retrocesso populacional que se perspetivam.

A Europa que não pode deixar de continuar a liderar no combate às alterações climáticas e assumir plenamente o desafio da transição energética.

Sabemos que a resposta a estes desafios tem de ser preparada num quadro europeu complexo, de que é exemplo o Brexit, que entre outras consequências terá um importante impacte ao nível do Orçamento da União; sabemos que a Europa tem também novas prioridades e há novas políticas à escala europeia, como a segurança e defesa ou as migrações.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Tendo presente este contexto, iniciámos a preparação da estratégia para o desenvolvimento de Portugal na próxima década, que designámos de Portugal 2030.

Começámos por lançar propostas de objetivos estratégicos para o país, que discutimos com os parceiros sociais, o Conselho de Concertação Territorial e os mais representativos agentes económicos e sociais, de modo a obter uma ampla variedade de contributos e construir o mais amplo consenso nacional.

Dessa discussão aberta e participada resultou um conjunto de prioridades que agrupamos em torno de quatro agendas temáticas, que visam responder aos principais constrangimentos ao desenvolvimento do país.

A primeira agenda temática coloca as pessoas no centro das suas preocupações, de modo a promover uma sociedade mais inclusiva e menos

desigual, respondendo aos desafios demográficos, mas concretizando igualmente o forte investimento na melhoria das qualificações da população, combatendo deste modo as desigualdades primárias.

Devemos reforçar o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso escolar, e preparar as gerações mais novas para um mercado de trabalho que requer novas competências. Temos, também, de melhorar as qualificações da população adulta, que não pode ficar excluída do processo de modernização e digitalização da economia.

Só com uma mão-de-obra qualificada podemos incrementar a inovação, nomeadamente a inovação disruptiva, que é hoje um dos principais vetores do desenvolvimento económico.

A inovação constitui, assim, a segunda agenda temática que propomos, focada na transformação da economia por via da digitalização e na incorporação do conhecimento nas empresas. Esta agenda articula-se em três dimensões:

Em primeiro lugar, a inovação empresarial, assente nos resultados da Investigação & Desenvolvimento, mas no contexto do reforço da ligação entre o mundo empresarial e científico, no apoio ao empreendedorismo e na internacionalização da economia. Outra dimensão desta agenda é a

inovação no capital humano, ancorada no apoio à formação avançada e à formação técnica especializada de nível superior, bem como na incorporação do conhecimento na atividade das empresas, dirigindo as prioridades às novas especializações da economia.

E, não menos importante, a inovação e qualificação das instituições, promovendo a simplificação da relação do Estado com os cidadãos e as empresas.

A sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos surge como terceira agenda temática.

Temos de valorizar e explorar as potencialidades do território, seja na utilização do potencial nacional de produção de energias renováveis, reduzindo a dependência energética, seja no desenvolvimento do potencial agrícola ou na prioridade à floresta, enquanto grande recurso que urge proteger e explorar.

Também o mar, que representa um recurso estratégico ainda largamente inexplorado, contém um enorme potencial económico que deve ser aproveitado, sempre assegurando a sustentabilidade ambiental dos modos de exploração.

Queremos, também, promover a descarbonização da economia, o que passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de sistemas de mobilidade sustentável e de logística inteligente, aliados à promoção de territórios e urbes mais eficientes, condições essenciais para o combate às alterações climáticas.

Por último, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos ainda a agenda temática do desenvolvimento do território, que se quer competitivo externamente e coeso internamente.

Esta agenda determina que se potencie a competitividade das redes urbanas, projete externamente o país a partir da faixa atlântica e aproveite o potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas.

Implica, também, o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, potenciando as cidades médias, com base no potencial endógeno e na diversificação da base económica, melhorando a cooperação transfronteiriça e a ligação ao mercado ibérico.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As linhas do Portugal 2030 que aqui apresentei resultam, como já referi, da audição de um vasto conjunto de entidades, representativas dos setores económico, social, academia, Autarquias, Regiões Autónomas, entre outros.

Resultam, portanto, de um trabalho de preparação que iniciámos atempadamente, e que nos traz ao dia de hoje, a um primeiro debate do Portugal 2030 nesta Assembleia, com o objetivo de construir o mais amplo consenso em torno da estratégia para Portugal na próxima década.

No mesmo sentido, queremos convocar o melhor da sociedade portuguesa para refletir sobre o Programa Nacional de Investimentos, instrumental na concretização dos importantes objetivos que antes enunciei.

Iniciaremos, assim, nas próximas semanas, a auscultação dos partidos políticos com assento parlamentar relativamente ao modelo e papel do Conselho Superior de Obras Públicas, que queremos reconstituir, e que será um organismo independente e de apoio ao Governo na definição dos programas de investimento e nos projetos de grande relevância.

O Portugal 2030 e o Programa Nacional de Investimentos serão, porventura, os dossiers com impacte mais estrutural entre aqueles que nos ocuparão ainda nesta legislatura. São, portanto, demasiado importantes para que alguém se possa excluir da procura dos consensos que o país reclama.

Contamos com o empenho de todos, na certeza de que com isso ganharão Portugal e os portugueses.

Muito obrigado.